



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1.300/2023



*“Institui o Programa de Conscientização da Alienação Parental nas escolas e meios de comunicação do Estado”.*

**PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA.**

**SÍNTESE:** A propositura pretende instituir o denominado “Programa de Conscientização da Alienação Parental nas escolas e meios de comunicação do Estado”, com o objetivo de promover a conscientização sobre a alienação parental entre pais, responsáveis, professores e toda a sociedade. Será realizado anualmente, durante a semana em que se celebra o Dia Internacional da Alienação Parental, em 25 de abril, coordenado pelo órgão responsável pela educação no Estado, e desenvolvido em conjunto com órgãos afins, entidades da sociedade civil e especialistas da área.

**VOTO DO RELATOR:** Legislação sobre educação. CF/88, art. 24, IX. Competência legislativa concorrente.

Projeto que se limita a estabelecer diretrizes e estímulos positivos para a criação de novas condutas sobre esta temática, em âmbito escolar. Não aplicação do regramento da privatividade de iniciativa legislativa. Prerrogativa individual do parlamentar.

**PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO.**

**AUTOR (A): DEP. EDUARDO CARNEIRO**

**RELATOR (A): DEP. TACIANO DINIZ**

**PARECER -- Nº 022 /2024**

### I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei Ordinária nº 1.300/2023**, de autoria do **Deputado Eduardo Carneiro**, para instituir o denominado “*Programa de Conscientização da Alienação Parental nas escolas e meios de comunicação do Estado*”, por meio dos objetivos e das ações que especifica.

A matéria constou no expediente do **dia 14 de novembro de 2023**.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

## II - VOTO DO RELATOR

### II.I – Breve resumo e justificativa da propositura:

Os **arts. 1º e 2º** da propositura preveem a instituição do “Programa de Conscientização da Alienação Parental nas escolas e meios de comunicação do Estado”, com o objetivo de promover a conscientização sobre a alienação parental entre pais, responsáveis, professores e toda a sociedade, a ser realizado anualmente, durante a semana em que se celebra o Dia Internacional da Alienação Parental, em 25 de abril.

O **art.3º** da propositura prevê como ações do programa: palestras educativas para pais, responsáveis e professores, ministradas por profissionais especializados em psicologia, assistência social, direito da família e temas correlatos; elaboração e distribuição de cartilhas informativas contendo informações sobre os conceitos, sintomas e consequências da alienação parental, bem como orientações sobre como identificar e prevenir essa prática nociva; parcerias com bares, restaurantes, mídia e outros meios de comunicação para a divulgação do tema e das ações de conscientização; campanhas publicitárias em rádios, televisões e redes sociais, com o intuito de sensibilizar a população sobre a importância da prevenção e combate à alienação parental; atividades em escolas públicas e privadas, com a participação de pais, responsáveis e professores, visando à reflexão e ao diálogo sobre a temática; realização de eventos e seminários para promover a troca de experiências e conhecimentos entre profissionais, pais, responsáveis e outros interessados no tema.

Segundo o **art.4º**, o Programa de Conscientização da Alienação Parental será coordenado pelo órgão responsável pela educação no Estado e desenvolvido em conjunto com órgãos afins, entidades da sociedade civil e especialistas da área. Já os **arts. 6º e 7º** da propositura preveem que as despesas decorrentes deste programa correrão por conta do orçamento do Estado, podendo ser levantados recursos de outras fontes, tais como parcerias com entidades privadas e captação de recursos públicos ou privados destinados a ações de conscientização; bem como que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.



*COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO*

Como justificativa, o Deputado autor da matéria alega que a conscientização sobre o tema é de suma importância para a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e para a promoção de relações familiares saudáveis. Segundo o nobre parlamentar, por meio do Programa de Conscientização da Alienação Parental, pretende-se levar informações relevantes e atualizadas sobre o tema para pais, responsáveis, professores e para toda a sociedade. Além disso, busca-se alcançar um amplo público, promovendo a reflexão e o diálogo sobre o tema, e fornecendo informações relevantes e orientações para prevenir sua ocorrência. Foram estas, em breve síntese, as razões que justificaram a apresentação da propositura.

**II.II – Da análise da CCJR:**

Pois bem, compete à CCJR fazer um estudo a respeito da adequação do Projeto às regras constitucionais vigentes e decidir se a mesma se encontra apta a continuar a sua tramitação.

Conforme o **artigo 24, inciso IX**, da Constituição Federal, é da competência legislativa concorrente dos entes federativos tratar sobre **educação**, o que entendemos ser o fundamento desta proposição. Com base em uma rápida leitura das disposições, depreende-se que não há confronto a qualquer comando constitucionalmente estabelecido.

Quanto à iniciativa, observa-se que a matéria **não** inova nas obrigações imposta ao Estado, uma vez que o Programa em tela não obriga as escolas a adotarem ferramentas de ensino diferentes das já existentes, **limitando-se a estabelecer diretrizes**, por meio de instrumento legislativo formal, qual seja, lei em sentido estrito.

Assim, o Poder Público, em particular seus órgãos afins (Secretaria de Educação), promoverá atividades nas Redes Pública e Particular de Ensino, bem como nos meios de comunicação, com a finalidade de conscientizar pais, professores e outros responsáveis pelos alunos, acerca desta temática de notória relevância.

Desta feita, verifica-se que o Projeto é formalmente constitucional, uma vez que **não** há criação de outras obrigações, nem interferência na



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

organização administrativa ou, muito menos, no regime jurídico de servidores. De maneira que não há justificativa para vislumbrar-se a aplicação do regramento da iniciativa legislativa restrita, em detrimento da regra geral, qual seja, a iniciativa legislativa plena.

Ademais, na mesma linha se encontra o Projeto na parte em que é direcionado para a iniciativa privada, uma vez que, conforme dito acima, busca instituir programa por meio de ações e diretrizes gerais, sem gerar maiores interferências na sua autonomia administrativa.

**II.III – Conclusão:**

Portanto, diante do exposto, opino pela **CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei Ordinária nº 1.300/2023**.

Plenário José Mariz, em 21 de fevereiro de 2024.

  
Dr. TACIANO DINIZ  
DEPUTADO ESTADUAL

**RELATOR**



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do voto da relatoria opina, por unanimidade dos membros presentes, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei Ordinária nº 1.300/2023**.

É o parecer.

Plenário José Mariz, em 21 de fevereiro de 2024.

**DEP. WILSON FILHO**  
**PRESIDENTE**

**DEP. CÂMILA TOSCANO**  
**Membro**

**DEP. FELIPE LEITÃO**  
**Membro**

**Dep. João Gonçalves**  
**MEMBRO**

**DEP. JUSCELINO DO PEIXE**  
**Membro**

**DEP. TACIANO DINIZ**  
**MEMBRO**

**DEP. EDUARDO CARNEIRO**  
**Membro**